



COMO TRANSFORMAR NOSSA ECONOMIA

APLICAÇÕES DAS SOLUÇÕES
NUMA ESCALA MAIS AMPLA



Amigos
da Terra
Internacional



COMO TRANSFORMAR NOSSA ECONOMIA

APLICAÇÕES DAS SOLUÇÕES NUMA ESCALA MAIS AMPLA

Autores

Natalia Carrau (REDES/Amigos da Terra Uruguai) & Sam Cossar-Gilbert (Amigos da Terra Internacional)

Contribuições

Alberto Villarreal (REDES/Amigos da Terra Uruguai), Anne Van Schaik (Amigos da Terra Europa), Lucia Ortiz (Amigos da Terra Internacional), Juliette Renaud (Amigos da Terra França), Hye Lyn Kim (Amigos da Terra Coréia do Sur), Apollin Koagne (CED/Amigos da Terra Camarões), Natalia Salvático (Amigos da Terra Argentina), Ronnie Hall & Amelia Collins (Amigos da Terra Internacional)

Desenho

Somerset Bean

Fotos

Capa São Paulo, Brasil, Vergani Fotografia

7 Petras Gagilas, creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0

9 Amigos de la Tierra, creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0

11 Feira Frutos da Resitência em Porto Alegre, Douglas Freitas/Amigos da Terra Brasil

13 Anne-Line Thingnes Førsund no fiorde de Förde, ©Luka Tomac/AT Europa

15 Tribunal Permente dos Povos da Africa Austral/JA!, Amigos da Terra Moçambique

Contato

Friends of the Earth International Secretariat

PO Box 19199, 1000 GD Amsterdam, The Netherlands

Telefone +31 (0)20 6221369 Fax +31 20 639 218

Email sam.cossargilbert@foe.org.au

4 Introdução

6 Proporcionar serviços públicos para todos e todas através da justiça tributária

8 Ampliar a escala das economias sustentadas na solidariedade e no cooperativismo

10 Apoiar os mercados locais e o comércio justo

12 Criar economias com propósito: valorar e medir o bem-estar das pessoas e do planeta

14 Garantir normas vinculantes para dismantelar o poder das grandes empresas

16 Referências



**Amigos
da Terra
Internacional**

Amigos da Terra Internacional é a maior rede ambiental do mundo, unido a 75 grupos de membros nacionais em todos os continentes. Com mais de 2 milhões de membros e simpatizantes de todo o mundo, fazemos campanhas sobre as questões ambientais e sociais mais urgentes de hoje. Desafiamos o modelo atual de globalização econômica e empresarial e promovemos soluções que ajudam a criar sociedades ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

Mais informação em www.foei.org

Introdução

Vivemos em um mundo que enfrenta muitas crises destrutivas entrelaçadas, tais como a crescente desigualdade, as mudanças climáticas, a pobreza, a contaminação e as violações de direitos humanos. Nosso atual sistema econômico falido perpetua e exacerba essa crise.

Nos últimos 30 anos, o fundamentalismo neoliberal, que retira o poder dos governos e o coloca nas mãos dos “mercados livres”, tem sido ideologia econômica dominante. Esse marco econômico em particular tem como fim reduzir o papel do estado através da liberalização (eliminando as restrições comerciais), a privatização, a desregulamentação (reduzindo as normas) e a restrição das políticas tributárias. Promove o lucro, a acumulação e a “eficiência” acima de tudo, sobre a base equivocada de que se estaria gerando benefícios e que se “filtrarão” até alcançar o mundo todo.

Essa ideologia empresarial tem fracassado, nos conduzindo a uma destruição ambiental sem precedentes e gerando um aumento exponencial das desigualdades. Quatro dos nove grandes processos mundiais que sustentam a vida na Terra superam atualmente os níveis “seguros”: a mudança climática perigosa, a perda da integridade da biosfera, a mudança do sistema solo e a sobre-exploração bioquímica.¹ O 1% mais rico da população mundial possui mais riqueza que os 99% mais pobres.² E por mais que a humanidade tenha acumulado mais bens do que nunca antes na história, mais de 700 milhões de pessoas continuam vivendo em situação de pobreza extrema.³

O fundamentalismo neoliberal fracassou, gerando destruição ambiental incalculável e uma desigualdade galopante — quatro dos nove grandes processos ecossistêmicos globais que são o que sustentam a vida na Terra correm risco hoje

Não temos porque dirigir nossas economias dessa forma tão destrutiva. Existem muitos enfoques alternativos sustentáveis, equitativos e possíveis. O futuro sustentável do nosso planeta depende literalmente de podermos fazer frente – de forma coletiva e mundial – a esses desafios, exigindo mudanças e transformando nossos sistemas políticos e econômicos. Um enfoque continuísta será insuficiente e não será viável. Precisamos uma mudança no sistema.

As novas estratégias econômicas devem centrar-se na meta principal de construir sociedades sustentáveis que não estejam baseadas na exploração. Tais sociedades se encontram em harmonia com a natureza estão baseadas na justiça ambiental, social, econômica e de gênero e na soberania popular.⁴

As soluções de Justiça Econômica são aquelas que tem por objetivo satisfazer as necessidades dos povos, usar os bens comuns de forma sustentável, melhorar o bem-estar dos das populações, garantindo o respeito aos direitos humanos e criando um mundo muito mais equitativo. Dentro destes parâmetros, deveriam existir as várias estratégias de justiça econômica, baseadas nas necessidades e nas culturas dos distintos povos. Propomos cinco Soluções de Justiça Econômica para transformar nossa economia mundial em busca de:

- **Proporcionar serviços públicos para todos e todas através da justiça tributária**
- **Ampliar a escala das economias sustentadas na solidariedade e no cooperativismo**
- **Apoiar os mercados locais e o comércio justo**
- **Criar economias com propósito: valorar e medir o bem-estar das pessoas e do planeta**
- **Garantir normas vinculantes para dismantelar o poder das grandes empresas**

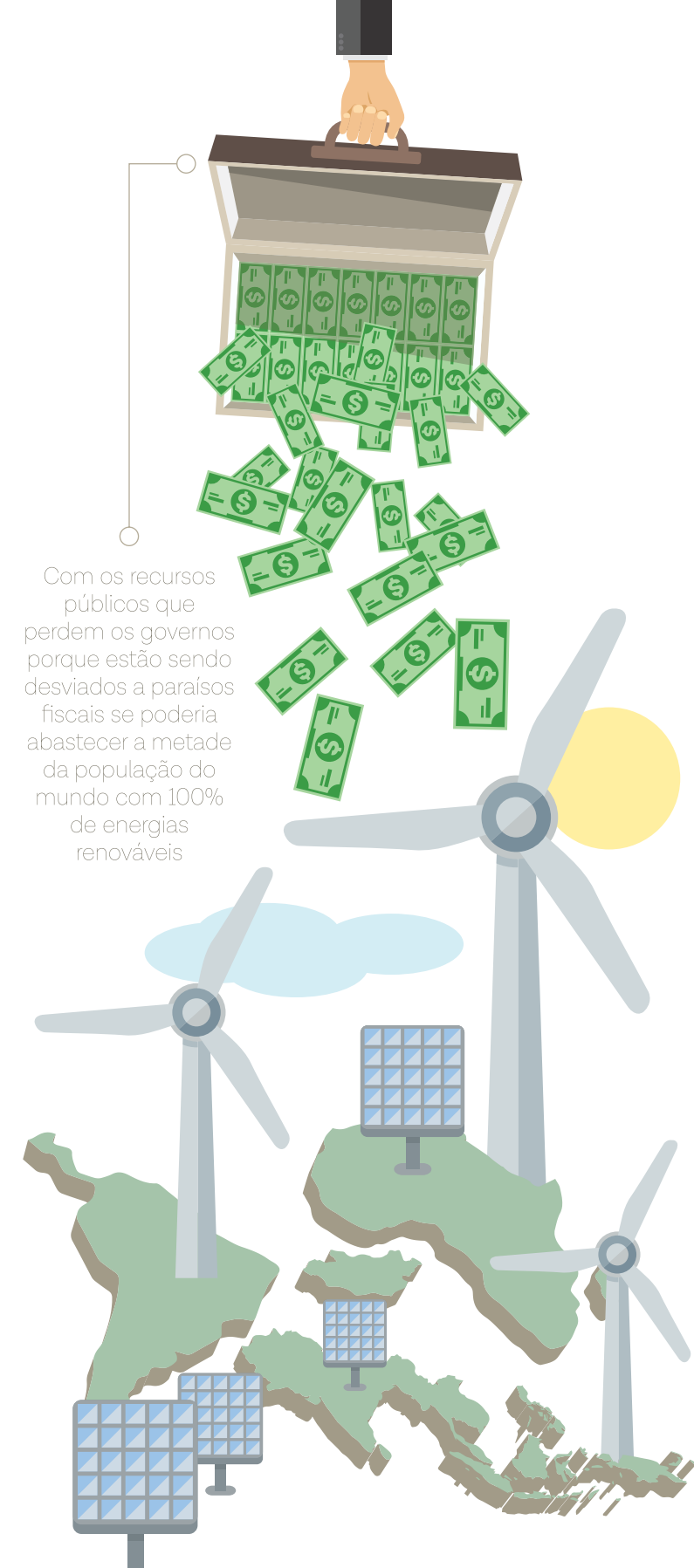
Isto complementa soluções paralelas promovidas por outros programas de Amigos da Terra Internacional, que trabalham para mudar nosso sistema energético destrutivo baseado em combustíveis fósseis e transformá-lo em um que seja 100% renovável e com controle social, por uma transição que abandone o sistema agrícola industrial prejudicial atual e avance para a soberania alimentar e para o manejo comunitário das florestas e ecossistemas.

Essas soluções de Justiça Econômica se baseiam em lutas locais e nacionais que atualmente os grupos membros de Amigos da Terra em todas as partes do mundo desenvolvem, tais como a luta por acesso universal à água no Uruguai, o fortalecimento do movimento de cooperativas na Austrália e a luta para que as empresas petrolíferas prestem contas na Nigéria, levando-as a juízo.

A luta por Justiça Econômica é de longo prazo e, portanto, o conceito de transição é fundamental. É um enfoque ambicioso e exaustivo que requer idéias, consultas públicas e colaboração. Através das nossas ações, programas e políticas, propomos passos progressivos que nos permitam coletivamente aproximarmos-nos e logo alcançar a meta de uma mudança de sistema.

Para a transformação é importante a escala e a diversidade. As soluções justas devem incrementar seu Impacto e adquirir maior escala, tal como frequentemente fazem os movimentos populares que trabalham para transformar iniciativas locais em políticas públicas nacionais ou internacionais. As soluções também devem ser replicáveis, ou seja, aplicadas de maneira justa e inclusiva fora do contexto local em que se originaram respeitando a diversidade cultural, o contexto social e político, e promovendo a justiça de gênero, de classe e étnica.

Todos os dias se desenham e se implementam milhares de soluções práticas para um mundo mais justo e sustentável. Soluções que põe as pessoas do planeta no centro dos sistemas econômicos e ampliam o papel da cooperação, do manejo comunitário, do controle nas mãos dos trabalhadores/as, os serviços públicos e o planejamento sustentável em todos os aspectos da vida. Nosso desafio é como dimensionar e incrementar sua escala para conseguir uma transição rumo a mudança de sistema.



Com os recursos públicos que perdem os governos porque estão sendo desviados a paraísos fiscais se poderia abastecer a metade da população do mundo com 100% de energias renováveis

Existem milhares de soluções práticas para um mundo mais justo e sustentável que já estão sendo aplicadas no dia-a-dia

Proporcionar serviços públicos para todos e todas através da justiça tributária

Um estado democrático e ativo que usa serviços públicos sustentáveis para garantir os direitos fundamentais das pessoas à água, terra, saúde, energia, transporte e alimentos é fundamental para alcançar a justiça econômica.

Os serviços públicos satisfazem atualmente as necessidades básicas para existência humana de milhares e milhões de pessoas todos os dias, trate-se de uma clínica de atenção médica em Togo, do trem matutino em Viena ou da água potável na Argentina.⁵ Através de um investimento constante e cada vez maior na educação, a região do Oriente Médio e o norte da África (MENA) quadruplicou o nível de escolarização médio desde 1960 e reduziu pela metade o índice de analfabetismo desde 1980.⁶ Os serviços públicos, as empresas públicas e outros gastos governamentais gerais conformam uma grande parte da atividade econômica de todos os países. Por exemplo, em 2016, a Índia destinou 27% do seu PIB anual para os gastos públicos, enquanto a Finlândia destinou 57%.⁷

Portanto, os serviços públicos podem desempenhar um papel central na transição para sociedades sustentáveis, mesmo que, para ser de fato efetivo, devam garantir sistemas democráticos reais incluindo a participação e o protagonismo das comunidades e das pessoas. Aqui podemos incluir os esquemas de orçamento participativo, maior transparência, normas e padrões ambientais estritos em relação ao funcionamento e as compras públicas, acesso universal obrigatório e associações público/comunitárias.

Para pagar por estes serviços públicos precisamos políticas tributárias justas e redistributivas. Ou seja, precisamos de uma aplicação de impostos significativa às empresas multinacionais, às transnacionais financeiras, ao patrimônio das pessoas ricas. Porém, muitas empresas e pessoas ricas pagam atualmente muito pouco em impostos, ou nenhum. A nível mundial se perdem até 600 bilhões de dólares por ano de investimentos tributários através dos paraísos fiscais, além da evasão fiscal.⁸ Amigos da Terra Internacional calcula que os recursos públicos que se perderam por conta dos paraísos fiscais num período de 15 anos poderiam proporcionar energia à África, à América Latina e para uma grande parte da Ásia a partir de fontes de energia 100% renováveis.⁹

Os serviços públicos são também chave para alcançar a justiça de gênero. As mulheres, os homens e o Estado devem compartilhar a carga das tarefas reprodutivas e de cuidado, tais como com o a casa, a saúde, a alimentação, a água, o cuidado das crianças, das pessoas com deficiências e dos idosos. Essas responsabilidades em geral recaem sobre as mulheres trazendo dificuldades na esfera privada onde o seu trabalho é frequentemente invisibilizado e não remunerado. Essa divisão sexual do trabalho limita a autonomia tanto econômica como política das mulheres na esfera pública. As políticas públicas devem garantir que os serviços sejam inclusivos e não discriminatórios e que respondam às necessidades das mulheres, povos indígenas, negras/os, imigrantes e da comunidade LGBTQ, e devem estar desenhados para reparar as injustiças sociais históricas relacionadas com os privilégios étnicos e de classe.

Também é chave reconhecer que os serviços públicos estão atualmente sofrendo ameaças em muitos países do mundo, com governos e instituições públicas que atuam em conivência com grandes empresas. Nos últimos 30 anos, muitos serviços públicos de todo mundo foram privatizados como resultado da ânsia dogmática dos governos de implementar políticas neoliberais. A privatização frequentemente tem como resultado que os serviços que anteriormente gratuitos agora sejam pagos e reduz a prestação de contas, o acesso, a qualidade e o controle. No sul da África, por exemplo, quatro milhões de habitantes do país ficaram sem fornecimento de água e eletricidade logo depois que os serviços foram privatizados.¹⁰ As empresas privadas, com base na lógica de maximização dos lucros, não são adequadas nem efetivas para manejar os recursos sociais e os bens comuns naturais ou para responder às necessidades complexas do setor público.

O Estado é o produto de uma luta permanente que é sempre dinâmica e controversa. Isso significa que pode modificar-se mediante processos democráticos. Evidentemente devemos ser cautelosos com as instituições públicas e questionar os Estados repressivos, mas é absolutamente necessário reconhecer e usar o poder político coletivo dos governos, especialmente com respeito ao fornecimento dos serviços públicos, para propiciar a justiça econômica na escala em que é necessária.

Os grupos de Amigos da Terra de todo o mundo estão trabalhando em defesa dos serviços públicos e das empresas públicas que contribuem para a construção de sociedades sustentáveis. Por exemplo, Amigos da Terra Indonésia participou de uma campanha para devolver o fornecimento de água de Jakarta ao controle público. Nos últimos 15 anos, um número crescente de cidades colocou fim a privatização da água, retomando o controle público dos serviços de água que proporcionam este recurso a mais de 100 milhões de pessoas em 37 países.¹¹

É chave que os governos trabalhem juntos a nível nacional e internacional para aumentar os investimentos tributários colocando fim aos paraísos fiscais e a evasão fiscal.



Ideias para garantir o acesso aos serviços públicos para todos e todas

- 1 Aprovar e aplicar de forma efetiva leis nacionais e regionais para garantir o direito e acesso universal a serviços básicos como água, saúde, educação, energia, moradia e alimentação, com especial atenção à promoção da autonomia e dos direitos das mulheres e a inclusão, atendendo às necessidades das comunidades periféricas.
- 2 Deter a privatização dos serviços públicos e as prejudiciais associações público-privadas.
- 3 Aumentar o gasto público governamental em serviços públicos sustentáveis, como por exemplo re-municipalizar, ou seja, colocar novamente os serviços nas mãos do controle público local.
- 4 Criar um organismo impositivo, no marco das Nações Unidas, a tornar público os informes nacionais de atividades econômicas das multinacionais, a fim de criar registros públicos e sistematizar o intercâmbio internacional de informação.
- 5 Implementar novas medidas nacionais e mundiais impositivas, tais como imposto sobre todas as transações financeiras e aumentar os impostos sobre as pessoas ricas, as empresas multinacionais e seus patrimônios, inclusive para o financiamento de serviços públicos.

Serviços públicos democráticos e participativos podem ter um papel destacado na transição para sociedades sustentáveis

Serviços públicos — a reforma constitucional e o direito humano à água *REDES/Amigos da Terra Uruguai*

Em 2004, mediante voto popular, se aprovou uma reforma constitucional que estabeleceu que “a água é um recurso natural essencial para a vida. O acesso à água potável e o acesso ao saneamento constituem-se como Direitos Humanos fundamentais”. Também se estabeleceu a gestão pública dos recursos hídricos e que esta deveria basear-se em critérios de participação cidadã e de sustentabilidade. Esta reforma foi produto de um trabalho de diversas organizações e movimentos sociais do Uruguai.¹²

Essa reforma inédita permitiu que caíssem as concessões privadas vinculadas ao fornecimento de água. O resultado do referendo contribuiu ainda significativamente para preparar o terreno para que fosse possível o desenvolvimento da legislação internacional sobre o direito humano à água, que foi finalmente reconhecido em 2010 mediante a Resolução A/RES/64/292 da ONU.

Mesmo que este tenha sido um passo fundamental, o desafio segue estando em como implementar outros aspectos da reforma constitucional, tais como o planejamento, a gestão e o controle participativo da água. Porque as águas superficiais e os aquíferos seguem sendo “privatizados” de forma indireta e explorados pela agricultura industrial que é majoritariamente exportada e por uma nova lei de risco que ameaça alguns dos nossos direitos à água que foram conquistados com muita luta. O olhar desde os territórios para a água é imprescindível, e é por ele que o país também tem avançado na gestão das bacias hidrográficas: “Contar com um sistema de gestão adequado à bacia hidrográfica é fundamental para dispor de água em quantidade e qualidade suficiente para cobrir todos os usos necessários e evitar conflitos ambientais. Por isso, devem convergir sistemas de uso e compromisso por parte dos usuários em todas as sub-bacias, do norte ao sul, para assim evitar a deterioração e a contaminação da água, que é um bem social estratégico”.¹³

Ampliar a escala das economias sustentadas na solidariedade e no cooperativismo

Em todo o mundo, mais de um bilhão de pessoas já são membros de cooperativas.¹⁴ Ao dar poder aos trabalhadores/as para controlar seus lugares de trabalho, as cooperativas oferecem uma alternativa democrática frente ao modelo empresarial corporativo que frequentemente explora as pessoas e o planeta para obter lucro.

As cooperativas são uma parte fundamental da economia social e solidária, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define como um conceito que abrange organizações que produzem bens, serviços e conhecimento e ao mesmo tempo em que perseguem objetivos sociais e econômicos.¹⁵ A economia solidária é fundamental para reivindicar o controle popular da economia. Seus princípios são baseados no poder coletivo, na tomada de decisões democráticas, na autonomia das mulheres, na transparência, na sustentabilidade, na autogestão e na distribuição igualitária da renda econômica. Grande parte da economia solidária foi construída por movimentos de mulheres e organizações feministas.

As cooperativas são uma opção viável para gerenciar empresas de acordo com os princípios da propriedade e acumulação social. Ao não ter o lucro como objetivo, as cooperativas preservam a liberdade de propor outros objetivos e valores sociais e ambientais.¹⁶ Suas dinâmicas diferem e questionam a concentração dos meios de produção nas mãos do capital e com um número cada vez mais reduzido de atores, além de demonstrar que outras formas de organizar a atividade produtiva são possíveis. Portanto, cooperativas são um exemplo de resistência contra a mercantilização da vida.

A economia solidária se baseia nos princípios da democracia na tomada de decisões, sustentabilidade, transparência, autonomia de mulheres, autogestão e distribuição igualitário dos lucros

A economia social é diversa e inclui cada vez mais a reinvenção e a recuperação do intercâmbio. As tecnologias modernas, quando usadas corretamente, podem oferecer plataformas insuperáveis para uma economia mais inclusiva, como a rede de reciclagem Freecycle e o software livre. Os governos devem investir em infraestrutura e na cultura de troca através de suporte e regulamentos para garantir um intercâmbio cívico, comunitário e solidário que beneficie a todas e todos. Podemos aprender das “Cidades de intercâmbio” emergentes como Seul e Amsterdã, onde uma melhor prática de intercâmbio é considerado um objetivo político essencial.¹⁷ Os grupos do Amigos da Terra em todo o mundo apoiam o desenvolvimento de economias sociais e a construção de cooperativas, como a cooperativa de energia renovável presente na Coreia, uma rede de troca de sementes no Uruguai e o trabalho de incidência política para que as cooperativas de crédito no setor da Escócia tenham um papel maior.



As cooperativas produzem e distribuem milhões de bens e serviços diariamente, desde os alimentos que comemos até os hotéis, fábricas e cooperativas de crédito que utilizamos. Em Quebec, no Canadá, 10% de toda a atividade do crescimento econômico é oriundo da “economia solidária”¹⁸ e, no Brasil, retirou milhões de pessoas da linha da pobreza.¹⁹ No entanto, é difícil para essas iniciativas de economia social passarem de pequenos projetos individuais para soluções transformadoras com maior impacto social, pois não recebem apoio suficiente. É nosso dever buscar ampliar a escala e o impacto da economia social e solidária, garantindo que haja o apoio necessário.



Ideias para fazer a economia social e solidária adquirir uma maior escala e diversidade

- 1 Criar quadros institucionais e regulatórios que a incentivem.
- 2 Proporcionar ou melhorar o acesso a um financiamento adequado, com atenção especial para aqueles projetos que promovam a autonomia e os direitos das mulheres.
- 3 Incluir disposições para tratamento preferencial em contratos de compras governamentais
- 4 Estabelecer departamentos ou ministérios específicos nos governos para o desenvolvimento da economia social e solidária e/ou um organismo intergovernamental.
- 5 Priorizar e incentivar a participação na construção coletiva da economia social e solidária, através de atividades de movimentos e organizações sociais.

O caminho do cooperativismo Amigos da Terra Austrália

Fundada em 1975, a cooperativa de alimentos dos Amigos da Terra Melbourne encara a sustentabilidade em um nível que é fundamental: satisfazendo as necessidades básicas das pessoas de forma saudável, justa e acessível tanto para pessoas como para o meio ambiente. Sendo uma das primeiras cooperativas de alimentos na Austrália, foi pioneira da “economia social e solidária” e serviu de modelo a ser replicada por outros. A cooperativa de alimentos dos Amigos da Terra é um comércio ético que serve mais de 10.000 refeições por ano e vende frutas, vegetais, grãos e produtos de limpeza ecológicos.

Sua ênfase é oferecer produtos naturais, orgânicos e não embalados, cultivados e produzidos de forma mais local possível, de preferência por pequenos produtores e empresas. É também um centro comunitário onde as pessoas se encontram há mais de 40 anos para colaborar e fazer campanhas sobre questões ambientais e justiça social. Em 2014, a cooperativa de alimentos foi premiada pelo município de Yarra com o prêmio “Empresas Sustentáveis”.

Em 2012, o setor sem fins lucrativos contribuiu com US\$ 40 bilhões (aproximadamente 135 bilhões de Reais) para a economia australiana e, com isso, o número de cooperativas e empresas sem fins lucrativos continua crescendo. No entanto, para a economia social e solidária ter um impacto verdadeiramente transformador, são necessárias políticas públicas que incentivem, fortaleçam e apoiem as cooperativas.

Apoiar mercados locais e o comércio justo

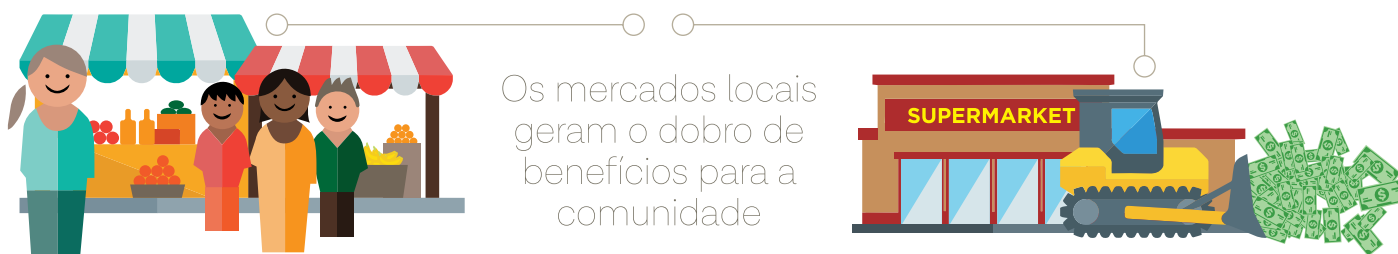
As economias locais e regionais sustentáveis, unidas através de relações comerciais equitativas, são o pilar de uma sociedade sustentável. As ações que preservam e fortalecem os mercados locais são uma contribuição fundamental para fazer a transição para uma mudança de sistema, pois criam espaços importantes para o intercâmbio comunitário equitativo.

A promoção da produção local e agroecológica de alimentos e outros bens também elimina o transporte desnecessário que envolve altas emissões de carbono. Além disso, em comparação com as empresas transnacionais, os atores da comunidade e as empresas locais reinvestem uma porcentagem muito maior da sua renda na economia local, o que se traduz em empregos mais decentes e no enriquecimento da comunidade como um todo, e não apenas de alguns investidores ricos. Por exemplo, um estudo realizado na Universidade da Califórnia concluiu que, quando as pessoas compram nos mercados locais ou através da agricultura apoiada pela comunidade, o dobro do dinheiro fica na comunidade, em comparação com quando as pessoas compram em grandes supermercados.²⁰

Muitos grupos dos Amigos da Terra estão ativamente envolvidos no desenvolvimento das economias locais e de integração regional com o foco direcionado para as pessoas, particularmente em relação à agricultura e ao comércio justo. Por exemplo, o Amigos da Terra Argentina faz parte da Rede de Comércio Justo do Litoral, que inclui mercados de rua, mercados têxteis e outros meios para trocar bens e serviços. O Amigos da Terra Europa realiza campanhas para que a sustentabilidade seja o centro do projeto europeu e desenvolve um “cenário futuro para a União Européia”, baseado em maior participação, democracia, proteção ambiental e respeito pelos direitos humanos.²¹

Ao contrário das empresas transnacionais, os agentes econômicos das comunidades e das empresas locais reverterem para a economia local uma proporção muito maior da sua renda

Muitos governos já reconhecem a importância das economias locais e regionais. Por exemplo, os programas “da fazenda para escola” implementados no Brasil, Estados Unidos e França deram preferência às escolas para aquisição de alimentos sustentáveis cultivados localmente. A Indonésia atribui grande importância ao apoio que recebem as economias da aldeia, por meio de um fundo que reservou R\$ 60 bilhões (US\$ 4,5 bilhões) para 74.910 aldeias em todo o país no ano de 2017. Este fundo visará melhorar as instalações públicas locais e apoiar as empresas que são propriedades da aldeia (BUMD) para serem mais independentes.²² A importância das economias locais também foi fundamental para a filosofia política de Gandhi e é fundamental para a criação de moedas locais e o movimento de transição urbana.



Durante duas décadas e meia, o Amigos da Terra Internacional e os nossos grupos membros estiveram trabalhando contra o sistema empresarial comercial que leva a um nivelamento por baixo e explora as pessoas e o planeta.²³ O comércio, isto é, o intercâmbio de bens e serviços, é uma parte fundamental das economias humanas. Mas é apenas um meio para um fim, uma ferramenta que deve ser usada com cuidado para melhorar as condições de vida dos povos e nos ajudar a desenvolver sociedades sustentáveis. Não deve ser abordada como um processo homogêneo, mas sim como uma série de trocas diversas que têm o potencial de promover a distribuição equitativa de produtos, habilidades e criatividade. Faz parte de uma visão do internacionalismo progressista, na qual “pensamos globalmente e atuamos localmente”.

Precisamos de um sistema comercial baseado na cooperação entre as pessoas, não a concorrência, que dê prioridade às redes diretas de comércio justo entre produtores e consumidores e ao comércio local e regional. A política comercial deve permitir e incentivar os governos a controlar exportações, importações e fluxos de investimento para criar sociedades sustentáveis. Isso significa usar regulamentos, tarifas e controles de exportação para proibir e reduzir o comércio de produtos e práticas ambientalmente e socialmente prejudiciais. Significa implementar políticas comerciais que apoiem economias locais e empregos sustentáveis, um ambiente saudável, direitos humanos, soberania alimentar e energia mais responsável.



Idéias para apoiar economias locais e o comércio justo

- 1 O principal objetivo das políticas comerciais deve ser alcançar sociedades sustentáveis, o que inclui a suspensão da assinatura de futuros acordos comerciais que prejudiquem essa visão e que os governos introduzam “cláusulas de supremacia” para garantir que os acordos de direitos humanos/ambientais sejam legalmente superiores aos acordos comerciais.
- 2 Governos utilizam políticas de contratos e compras públicas e novos programas destinados especificamente a apoiar economias locais sustentáveis, incluindo a construção de infraestruturas que ofereçam aos pequenos agricultores e às mulheres camponesas acesso aos mercados locais.
- 3 Os movimentos e organizações locais dão prioridade e assumem a tarefa de apoiar ativamente as iniciativas econômicas locais e regionais que contribuem para a mudança de sistema, vinculando e compartilhando habilidades para que essas iniciativas adquiram maior escala.
- 4 Governos adotam novos regulamentos obrigatórios de direitos humanos e ambientais a nível nacional, regional ou internacional para cadeias globais de suprimentos e produtos importados, que podem incluir novos padrões ou novas condições de entrada.
- 5 Governos aprovam controles de exportação e aumentam tarifas para produtos prejudiciais, como combustíveis fósseis. Se necessário, isso pode incluir a necessidade de renegociar exceções para medidas de interesse público ou cláusulas de paz mais estritas na OMC e outros acordos comerciais.

Feira agroecológica ‘frutos da resistência’

*Amigos da Terra Brasil/
Núcleo Amigos da Terra Brasil*

Desde 2014, essas feiras vendem alimentos saudáveis diretamente de agricultores dos biomas “Mata Atlântica” e “Pampa” que cercam Porto Alegre no sul do Brasil. Participam pequenos grupos de agricultores, povos indígenas, comunidades quilombolas e movimentos urbanos dos municípios de Herval, Maquiné e Porto Alegre. Além de gerar espaços comerciais locais justos, 10% do que é vendido nestas feiras são destinados a projetos sociopolíticos na região.

Essas feiras são espaços com múltiplos propósitos que contestam a lógica e a racionalidade da globalização agenciada por corporações transnacionais. A Feira se baseia na lógica do comércio justo e elimina intermediários na cadeia, o que reforça o vínculo entre campo e cidade. As noções de preço justo e garantia de alimentos saudáveis são duas vantagens importantes dessas feiras.

As feiras também são espaços para troca e articulação entre organizações sociais como Amigos da Terra Brasil, grupos de agricultores, indígenas, quilombolas, consumidores, vizinhos e a população em geral. O cuidado coletivo das crianças durante as feiras — conhecidas como “cirandas” — garante a presença e a liderança das mulheres como agricultoras e atoras políticas nas lutas de resistência.

Criar economias com propósitos: avaliar e medir o bem-estar das pessoas e do planeta

Nosso sistema econômico atual depende do crescimento e do aumento do consumo para sua estabilidade, embora esse crescimento exacerbe a desigualdade e exceda a taxa de regeneração do nosso meio ambiente e de absorção de substâncias poluidoras. A produção e a acumulação são consideradas metas em si, em vez de um meio para um fim: “A vida, então, é colocada a serviço de coisas, em vez das coisas estarem ao serviço da vida”.²⁴

No entanto, fazer uma transição para sistemas econômicos alternativos que gerem prosperidade real para todos exige medidas alternativas para o bem-estar e o progresso econômico, que devem substituir o indicador atual: o Produto Interno Bruto (PIB). Esses novos indicadores, por exemplo, valorizam e tornam o trabalho doméstico visível, incluem a saúde ambiental e levam em conta a desigualdade. O objetivo central da organização econômica deve ser atender às necessidades de pessoas e comunidades em um planeta finito.

Isso já está acontecendo em alguns lugares. Por exemplo, as políticas governamentais em algumas partes da América Latina estão enquadradas no conceito de “bem viver”²⁵ que está relacionado aos discursos de transição existentes na Europa. Da mesma forma, existe o conceito de “Swaraj ecológico”²⁶ na Índia. Existem vários esforços atuais para desenvolver medidas econômicas e técnicas alternativas, como os “cinco indicadores de sucesso nacional” (bons empregos, bem-estar, meio ambiente, justiça e saúde) que são exigidos no Reino Unido²⁷, a “felicidade nacional bruta: no Butão e a “economia da rosquinha” que também assenta e mantém a economia no mundo real – sistemas planetários e sociedade.²⁸ Essas abordagens são baseadas na criação de uma “economia com propósito”, em contraste com os instrumentos econômicos que são baseados unicamente na mercantilização da natureza e da vida.

Na perspectiva de construir uma visão comum de mudança com outros atores, o Amigos da Terra Internacional trabalha para alcançar sociedades sustentáveis, um conceito baseado em comunidades e povos que vivem em harmonia com a natureza e no pleno gozo de seus direitos. Para implementar essa economia, devemos primeiro medir os impactos atuais e, em seguida, estabelecer metas para permanecer dentro dos limites planetários. Isso definirá os parâmetros para uma mudança de sistema que produza uma mudança para padrões de produção e consumo equitativos que respeitem os sistemas ecológicos e os limites do planeta, respeitando a água, o clima e a biosfera.²⁹ Essa abordagem contrasta diretamente com a tentativa de grandes empresas que visam financeirizar cada aspecto da natureza.³⁰ Isso implica afastar-se do modelo atual de crescimento econômico insustentável e do consumo excessivo em algumas sociedades para uma distribuição mais justa dos recursos.

Vários grupos membros dos Amigos da Terra ao redor do mundo estão envolvidos nesta luta para construir uma “economia com propósito”, por exemplo destacamos os esforços desde JA! – Amigos da Terra Moçambique, para criar um modelo de desenvolvimento alternativo através da área de conservação da comunidade Mabu, até o sistema das “4 faixas” dos Amigos da Terra da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte e Europa (veja abaixo), que mede o impacto do consumo do país em termos de terra, água, carbono e materiais, e o efeito que isso tem no resto do mundo.

Uma “economia com propósito” também deve valorizar e incorporar o sistema de cuidados e a reprodução da vida. Atualmente, o PIB e as medições do mercado não reconhecem nem remuneram a grande quantidade de trabalho que é feito em relação à manutenção doméstica, cuidados e serviços comunitários, que tradicionalmente são realizados por mulheres. Esses indicadores econômicos tendenciosos reforçam a divisão sexual do trabalho socialmente construída, que explora o trabalho e os corpos das mulheres sob o sistema patriarcal capitalista. Resolver isso deve ser uma das nossas prioridades fundamentais na construção de uma nova economia.

Além disso, uma sociedade sustentável deve basear-se em dinâmicas de produção que integram plenamente os direitos das pessoas envolvidas. O conceito de “trabalho decente”, ou trabalho com pleno exercício de direitos, leva em conta aspectos como: um salário adequado, limites para o dia útil, o direito ao repouso e a liberdade para se organizar e pertencer aos sindicatos. De acordo com a Confederação Sindical das Américas (CSA) na Plataforma para o Desenvolvimento das Américas (PLADA) “o direito ao trabalho decente, com igualdade em termos de gênero, etnia e gerações, sem discriminação em termos de capacidade ou identidade ou orientação sexual (...) é um dos principais componentes para superar o modelo neoliberal”.

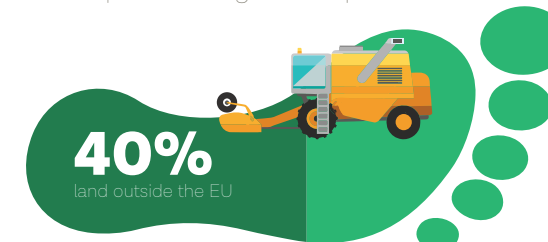
Existem muitas outras áreas que devem ser levadas em consideração e valorizadas, como educação, participação democrática e justiça. Os movimentos sociais continuarão a participar da construção coletiva de novos indicadores e de uma compreensão compartilhada das sociedades sustentáveis que queremos criar.



Idéias para desenvolver uma economia para as pessoas e para o planeta

- 1 Os governos devem estabelecer políticas que formalizem a coleta de novos dados e indicadores econômicos, sociais e ambientais, juntamente com medidas que tirem a prioridade do PIB, por exemplo, o estabelecimento de novos departamentos e cargos relacionados à coleta de dados estatísticos que tornem visíveis o papel do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres.
- 2 Priorizar e encorajar processos de participação pública em massa na definição de “economia com propósito” para garantir que seja relevante para as pessoas e que inclua a participação ativa de movimentos e organizações sociais.
- 3 Resistir às tentativas do mercado e das grandes empresas para financeirizar a natureza.
- 4 Os novos indicadores de uma “economia com um propósito” devem ser comunicados de forma clara e com grande alcance, também precisam ser mensuráveis e precisos.
- 5 Começar a testar e aplicar novos indicadores e valores de uma “economia para pessoas e para o planeta” no nível local e nas cidades.

A União Europeia usa 106 milhões de hectares fora do seu território para se abastecer dos produtos agrícolas que consome



○ — ‘Pegada de terra’ mundial da União Europeia — ○

Quatro pistas como indicadoras de consumo

Amigos da Terra Europa e Amigos da Terra Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte

Os Amigos da Terra Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte estão desenvolvendo quatro indicadores-chave (terra, água, carvão e materiais) ou uma abordagem para medir o consumo com base em “4 impressões digitais”, juntamente com acadêmicos. Esta abordagem pode ser aplicada a produtos, organizações ou mesmo países inteiros. Amigos da Terra Europa está fazendo campanha para que a UE adote esses indicadores para medir o consumo geral em toda a Europa e estabelecer metas para reduzir o uso de recursos.

Amigos da Terra Europa compila e mede dados relevantes e estima que a “pegada de terra” global da UE em relação aos produtos agrícolas chegou a 269 milhões de hectares em 2010, que é 43% a mais do que a área agrícola total disponível dentro da UE.³¹

A “pegada da terra” é uma forma de medir a área total necessária para produzir os bens e serviços consumidos por um país ou região. Para o calcular, é necessário rastrear o uso do solo ao longo das cadeias globais de suprimento, desde o local de produção original de matérias-primas até o local onde o produto ou serviço final é consumido. Esta campanha visa tornar explícito os impactos sociais e ambientais dos padrões de consumo da UE associados ao uso da terra, mapeando os impactos ambientais e sociais do desmatamento, da escassez de água e da expropriação e acaparamento de terras. Dessa forma, o consumo da UE pode ser melhor compreendido e podem ser tomadas medidas para reduzir seus impactos.

Garantir regras vinculantes para dismantlar o poder das grandes empresas

A luta para acabar com a impunidade das corporações transnacionais que dominam a economia, violam os direitos humanos e destróem o meio ambiente é crucial para a construção da justiça econômica.

As violações dos direitos humanos pelas maiores empresas são incessantes. Sejam comunidades na Indonésia que perdem suas casas devido a plantações de dendezeiros, um rio na Colômbia tão poluído por uma mina de carvão que os habitantes locais não podem pescar lá, a queima de gás que destrói comunidades na Nigéria apesar para serem ilegais ou os mais de 50 milhões de hectares de terras acaparadas nos últimos 10 anos em todo o mundo.³²

As grandes empresas colocam sistematicamente os lucros acima das pessoas e do planeta e não fazem parte da solução. Muitas empresas são agora mais ricas e mais poderosas do que os Estados que tentam regulá-las. Como resultado, raramente são responsabilizadas por suas violações e atualmente todas as leis internacionais de direitos humanos e ambientais são voluntárias para empresas transnacionais.

É por isso que o Amigos da Terra Internacional está lutando para estabelecer um novo tratado internacional juridicamente vinculante que controle as corporações transnacionais, reprima as empresas por seus crimes onde quer que ocorram e forneça às vítimas acesso à justiça, indenização e restituição de seus meios de sustento. Desde 2014, existe um grupo de trabalho intergovernamental no âmbito das Nações Unidas que está preparando este novo instrumento vinculante sobre empresas transnacionais e outras empresas em matéria de direitos humanos. Possui o apoio de mais de 800 organizações, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o Vaticano e vários governos como África do Sul, Nigéria, Indonésia, Índia, El Salvador e Equador.

Muitas corporações transnacionais são hoje mais ricas e mais poderosas do que os Estados que tentam regulá-las



Os grupos membros dos Amigos da Terra em todo o mundo também trabalham por normas vinculantes a nível nacional e regional. Por exemplo, depois de uma década de luta por parte dos movimentos sociais e Amigos da Terra El Salvador/CESTA, El Salvador recentemente proibiu a mineração de metais para proteger o direito da população de beber água. Amigos da Terra França também trabalhou com sucesso em uma nova lei de devida diligência, que exige que as empresas francesas estabeleçam “planos de vigilância” que avaliem e abordem os impactos adversos de suas atividades nas pessoas e no planeta, onde quer que estejam.

Muitas vezes, as grandes empresas capturam os espaços de decisão política, como as reuniões dos tratados da ONU, conseguindo moldar as políticas ambientais para adaptá-las aos seus interesses. As regras vinculantes para interromper essa cooptação corporativa de espaços nacionais e internacionais também são cruciais.

As grandes empresas privadas são responsáveis por muitas violações dos direitos humanos, mas também dominam e financiam³³ a economia em detrimento das pessoas e de empresas com propósito. Para abordar isso, os governos devem intervir e quebrar os monopólios e oligopólios nacionais, regionais e globais. As leis antimonopólio que poderiam ser usadas para isso já existem em várias jurisdições, mas as agências de implementação foram notavelmente complacentes em seu uso. Dismantlar essas gigantescas empresas levaria a um cenário mais equilibrado para as pequenas empresas, cooperativas e empresas públicas.³⁴

Para transformar a economia, precisamos de regras vinculantes para as grandes empresas.



Idéias para dismantlar o poder empresarial

- 1 Concluir, aprovar e aplicar um tratado vinculante no âmbito das Nações Unidas sobre empresas multinacionais no que diz respeito aos direitos humanos, que responsabilize as empresas e permita levá-las a julgamento por seus crimes onde quer que ocorram.
- 2 Que os governos nacionais aprovem leis rigorosas para regulamentar a atividade comercial em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente, incluindo obrigações extraterritoriais que responsabilizem as empresas para que possam ser processadas por abusos de suas atividades no exterior.
- 3 Que os governos usem as leis antimonopólio existentes ou que aprovem novas leis para dismantlar grandes empresas.
- 4 O governo e as instituições intergovernamentais, como as Nações Unidas, devem tomar medidas firmes para reduzir a cooptação corporativa, tais como: disseminar informações sobre todas as relações que existem com o setor privado; reduzir o papel privilegiado dos “grupos empresariais e industriais de interesse” na elaboração de políticas; e desenvolver um código de conduta vinculante para os funcionários de governo e o setor privado.
- 5 Pôr fim ao financiamento empresarial de partidos políticos e instituições intergovernamentais.

Usando leis para responsabilizar as empresas Amigos da Terra Moçambique/JA

As comunidades de Moçambique na província de Tete foram afetadas negativamente desde 2009 pelo projeto de mineração de carvão da empresa Vale em Moatize, que desalojou forçosamente 1.365 famílias para liderar a atividade de mineração, contaminando diretamente o solo e as fontes de água.³⁵ A empresa não cumpriu suas promessas de reassentamento decente dos atingidos. Os pequenos agricultores não conseguiram mais cultivar suas terras.

Amigos da Terra Moçambique está treinando advogados e tentando responsabilizar as empresas, usando as leis nesse sentido. Uma reclamação por uma associação comunitária de fabricantes de tijolos foi negada. Outros processos movidos por ONGs e grupos de advogados acabam bloqueados nos tribunais. Ainda não há opinião judicial sobre a situação urgente e precária dessas comunidades. Enquanto isso, a empresa pode continuar operando sem desconforto ou interrupção, enquanto os protestos das comunidades são enfrentados com violência, tanto por parte da empresa como da polícia.

Amigos da Terra Moçambique trabalha nos níveis nacional, regional e internacional nesta luta pela justiça porque reconhece que os sistemas judiciais nacionais simplesmente não podem lidar com a impunidade das empresas transnacionais e oferecer às vítimas acesso à justiça e reparações.

Referências

- 1 Milman, O. (2015). Rate of environmental degradation puts life on Earth at risk, say scientists, Guardian, 15 January 2015, <https://www.theguardian.com/environment/2015/jan/15/rate-of-environmental-degradation-puts-life-on-earth-at-risk-say-scientists>
- 2 Hardoon D. (2015). An Economy for the 99%- Briefing paper, Oxfam International, January 2015. https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-en.pdf
- 3 UNDP (2015). UNDP support to the implementation of sustainable development goal 1 Poverty Reduction, United Nations Development Programme (UNDP), January 2015, page 3
- 4 FOE International (2014). System Change Guidelines, Friends of the Earth International, October 2015
- 5 WHO (2017). Drinking Water Factsheet, World Health Organisation, July 2017, <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs391/en>
- 6 Hoel, A. (2014). Education in the Middle East and North Africa, World Bank, 27 January 2014, <http://www.worldbank.org/en/region/mena/brief/education-in-mena>
- 7 OCED Data (2015). General government spending, Organisation for Economic Co-operation Development (OCED), <https://data.oecd.org/gga/general-government-spending.htm>
- 8 A. Crivelli, R. de Mooij and M. Keen (2015). Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries, IMF Working Paper 15/118. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>
- 9 Hearps, P. (2016). An Energy Revolution is Possible: Tax Havens and Financing Climate Action, Friends of the Earth International, 2016. <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2016/09/foe-energy-revolution-full-reportNEWdraft2.pdf>
- 10 Bond, P. (2002). New Internationalist, 'An Answer to Marketization', Multinational Monitor, July/Aug 2002
- 11 Kishimoto, S., Petitjean, O., Lobina, E. (eds.) (2015). Our Public Water Future: Global Experiences with Remunicipalisation. Amsterdam: Transnational Institute. <https://www.tni.org/en/publication/our-public-water-future>
- 12 Radio Mundo Real (2014). Marcel Achkar (Uruguay Sustentable) y un balance de la situación de cuencas en Uruguay a una década de la Reforma Constitucional popular que quebró con las privatizaciones, Radio Mundo Real, 9 October 2014, <http://www.redes.org.uy/2014/10/09/texto-y-contexto/>
- 13 Achkar, M., Dominguez, A. and Pesce, F. (2012) "Cuenca del Río Santa Lucía - Uruguay. Aportes para la discusión ciudadana", Facultad de Ciencias- UdelAR, REDES-AT, Programa Uruguay Sustentable, 2012
- 14 Dave Grace & Associates (2014). Measuring the Size and Scope of the Cooperative Economy, UN Department of Economic and Social Affairs, page 1, <http://www.un.org/esa/socdev/documents/2014/coopsegm/grace.pdf>
- 15 Vieta, M. (2014). Social and Solidarity Economy: Towards Inclusive and Sustainable Development, International Training Centre- International Labour Organisation, 2014, page 1, <http://www.ciriec.ulg.ac.be/wp-content/uploads/2016/01/Reader-SSEA2014-2.pdf>
- 16 GRANEKO (2012). Testimony of Uruguayan cooperative, Granelera Ecológica Cooperativa (GRANEKO), available at <http://graneco.com.uy/nosotros.html>
- 17 Agyeman, McLaren et Schaefer-Borrego (2013). Sharing Cities-Briefing, Friends of the Earth England, Wales and Northern Island, September 2013, https://www.foe.co.uk/sites/default/files/downloads/agyeman_sharing_cities.pdf
- 18 Walljasper, J. (2017). What Quebec Can Teach Us About Creating a More Equitable Economy, Shareables, 11 April 2017, <https://www.resilience.org/stories/2017-04-12/quebec-can-teach-us-creating-equitable-economy/>
- 19 Lopes, A.M. (2014). Solidarity-Based Economy and Social Inclusion: Unisol Brazil, a New Kind of Brazilian Cooperatives, International Training Centre- International Labour Organisation, 2014, page 44, <http://www.ciriec.ulg.ac.be/wp-content/uploads/2016/01/Reader-SSEA2014-2.pdf>
- 20 Hardesty, S. et al (2016). Economic Impact of Local Food Producers in the Sacramento Region, University of California, UCDAVIS, UCCE, September 2016, page 1 <http://sfp.ucdavis.edu/files/238053.pdf>
- 21 FoE Europe & SDG Watch (2017). Scenario 6: Sustainable Europe for its Citizens, FoE Europe, SDG Watch et 256 organisations, June 2017, http://www.ifoam-eu.org/sites/default/files/ngo_policy_6th_scenario_position_20170620.pdf
- 22 Jakarta Post (2017). Village economy grows by 12 percent: Minister, Jakarta Post, 26 January 2017, <http://www.thejakartapost.com/news/2017/01/26/village-economy-grows-by-12-percent-minister.html>
- 23 FOE International (2016). Friends of the Earth International positions on key trade and investment issues march, FOEI, March 2016, <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2016/05/foe-trade-doc.pdf>
- 24 Ekins P. & Max-Neef (2006). Real Life Economics: Understanding Wealth Creation, Routledge, 2006, page 203
- 25 Raworth, K. (2017). Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist, Business Books, 2017
- 26 Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo (2013). Plan Nacional de Buen Vivir 201-17, Gobierno nacional de la Republica Ecuador, 2013, <http://www.buenvivir.gob.ec>
- 27 Kotharia, Demaria & Acosta, A. (2014). Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy, Society for International Development, 2014
- 28 Jeffrey, K. & Michaelson, J. (2015). Five headline indicators of national success A clearer picture of how the UK is performing, New Economics Foundation, 2015, http://b3cdn.net/nefoundation/1ff58cfc7d3f4b3fad_o4m6ynyiz.pdf
- 29 Raworth, K. (2017). Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist, Business Books, 2017
- 30 Kil, J. (2014). Financialization of Nature, Friends of the Earth International, 2014, <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2015/10/Financialization-of-Nature-brochure-English.pdf>
- 31 Schutter, L & Lutter S. (2016). The True Cost of Consumption: EU Landfootprint, Friends of the Earth Europe, July 2016, https://www.foeeurope.org/sites/default/files/resource_use/2016/foee-true-cost-consumption-land-footprint.pdf
- 32 New Internationalist (2013). Land grabbing — the facts, New Internationalist, 13 March 2013, <https://newint.org/features/2013/05/01/land-grabs-the-facts-infographic>
- 33 Thomson, F. & Dutta, S. (2015). Financialization — A primer, Transnational Institute, October 2015, https://www.tni.org/files/publication-downloads/primer_financialisation-01-16.pdf
- 34 FOE England, Wales & Northern Island (2017). 30 big ideas to change the world, FOE England, Wales & Northern Island, February 2017, <https://www.foe.co.uk/sites/default/files/downloads/30-big-ideas-change-world-102987.pdf>
- 35 FoE International (2016). Rules for Business — Rights for People — Africa, Friends of the Earth International, <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2012/01/Vale-Case-for-web-English.pdf>